

MESA DIRETORA

FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
1ª VICE-PRESIDENTE

GERSON CHAGAS
2º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA
3º VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA
1º SECRETÁRIO

REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º SECRETÁRIO

ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

MARCELO CABRAL
3º SECRETÁRIO

NALDO DA LOTERIA
4º SECRETÁRIO

DAMOSIEL LACERDA DE ALENCAR
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Rodrigo Jucá - PMDB
Deputado Flamarion Portela - PTC
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Chicão da Silveira - PDT
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Brito Bezerra - PP

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank - PMN
Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Remídio Monai - PR

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz - PV
Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Remídio Monai - PR
Deputado Gabriel Picanço - PSB

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Brito Bezerra - PP
Deputado Marcelo Natanael - PRB
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Flamarion Portela - PTC

Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputado Mecias de Jesus - PRB
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Naldo da Loteria - DEM
Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Brito Bezerra - PP

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Jean Frank - PMN

Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael - PRB
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Suplentes:
1º - Deputado Sargento Damosiel - PRP
2º - Deputada Aurelina Medeiros - PSDB

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus - PRB
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Chicão da Silveira - PDT

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra - PP
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela - PTC
Deputado Remídio Monai - PR
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Naldo da Loteria - DEM
Deputada Marcelo Natanael - PRB

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Mecias de Jesus - PRB
Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Dhiego Coelho - PSL

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Sargento Damosiel - PRP
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Soldado Sampaio - PC do B

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Mecias de Jesus - PRB
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB
Deputado Remídio Monai - PR

SUMÁRIO	Atos Administrativos	
	Errata ao Processo nº 089/ALE/2011	2
	Resolução de Afastamento nº 266/2012	2
Atos Legislativos	Ata da 2109ª Sessão Ordinária na Íntegra	2
	Ata da 2113ª Sessão Ordinária na Íntegra	10

EXPEDIENTE	GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL
	Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR Telefone: (95) 3623-6665
	ELÂNDIA GOMES ARAÚJO Gerente de Documentação Geral
	VICTOR TAVARES PIRO Diagramação

MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES	As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h
	É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

ATOS ADMINISTRATIVOS

DA PRESIDÊNCIA: EXTRATOS DE CONTRATOS

ERRATA

Corrigir a publicação do Extrato de Contrato do Locador José Miguel Martins Neto, Processo 089/11 publicado no Diário da ALE Nº 1362 do dia 18/06/2012 onde se lê LOCADOR: JOZÉ MILGUEL MARTINS NETO, leia-se LOCADOR: JOSÉ MIGUEL MARTINS NETO.
Boa Vista, 19 de Junho de 2012

Aias Viana Bento
Superintendente Administrativo

RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTO E SUPRIMENTOS DE FUNDOS

RESOLUÇÃO Nº 266/2012

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **MARCELO FERREIRA GOMES**, para viajar com destino a cidade de São Paulo-SP, no período de 15.06 a 18.06.2012, com a finalidade de participar de reuniões junto à Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, a serviço deste Parlamento Estadual.

Palácio Antônio Martins, 15 de junho de 2012

Deputado **FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**

Presidente

Deputado **JALSER RENIER PADILHA**

1º Secretário

Deputado **REMÍDIO MONAI MONTESSI**

2º Secretário

ATAS PLENÁRIO - ÍNTEGRA

ATA DA 2109ª SESSÃO, EM 17 DE ABRIL DE 2012.
43º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.

=ORDINÁRIA=

PRESIDÊNCIA DA SENHOR DEPUTADO **CHICO GUERRA**.
(Em exercício)

Às nove horas do dia dezessete de abril de dois de dois mil e doze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima centésima nona Sessão Ordinária do quadragésimo terceiro período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Convido o Senhor Deputado Chicão da Silveira para atuar como Segundo Secretário ad hoc.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (Chico Guerra) - Lida a Ata.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:

.Ofício nº 008/12, de 11/04/12, do Deputado Marcelo Cabral, comunicando sua ausência na sessão do dia 12/04/12.

.Memorando nº 07/12, de 11/04/12, do Deputado Damosiel Lacerda de Alencar, comunicando sua ausência na sessão do dia 11 e 12/04/12.

.Memorando nº 18/12, de 12/04/12, do Deputado Remídio Monai Montessi, comunicando sua ausência na sessão do dia 11 e 12/04/12.

Indicação s/nº, do Deputado Brito Bezerra, indicando a elaboração de Lei alterando o art. 32, I, da Lei complementar nº 59 de 28, de Dezembro de 1993, definindo os produtos componentes da cesta básica roraimense e concedendo, nas saídas internas dessas mercadorias, a carga tributária de 7% (sete por cento).

Indicação s/nº, do Deputado Brito Bezerra, indicando a criação de Clínica Pública para tratamento de dependentes de Drogas e de Alcool.

Indicação s/nº, do Deputado Brito Bezerra, indicando a recuperação da estrada de acesso à vicinal do Jacaminzinho, incluindo uma ponte e 02 (dois) bueiros no município do Cantá (BR-732). Projeto de Lei s/nº, do Deputado Brito Bezerra, que institui o Programa de Regionalização da Merenda Escolar – PREME, no Estado de Roraima, e dá outras providências.

RECEBIDO DO PODER EXECUTIVO:

.Mensagem Governamental nº 17, de 13/04/12, encaminhando, para apreciação, a Prestação de contas do Poder Executivo relativa ao exercício financeiro de 2011.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA:

. Ofício nº 0115/12, de 11/04/12, encaminhando minuta do Projeto de Lei que visa criar a Gratificação por Encargo do Curso, no âmbito do Poder Judiciário.

TRIBUNAL DE CONTAS:

.Ofício nº 0126/12, de 13/04/12, encaminhando a Prestação de conta referente ao exercício de 2011 desta Corte de Contas e do Fundo de Modernização.

EXTERNOS:

.Ofício nº 376/12, de 11/04/12, da Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento, celebrando os Termos Aditivos, tendo como objetivo a prorrogação de prazo de vigência.

.Ofício n.º 0060/12, de 12/04/12, Ministério Público de Contas, encaminhando o Projeto de Lei inerente ao Quadro de Cargos em comissão do Ministério Público de Contas do Estado de Roraima.

.Ofício nº 033/12, de 10/04/12, da Associação dos Trabalhadores Sem Teto de Roraima, solicitando a construção das cabeceiras da ponte que fica localizada na Av. Dom Aparecido José Dias, após o Bairro Cidade Satélite, loteamento Boa Esperança e Loteamento Popular Projeto João de Barro.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos Oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – Procedo à chamada.

O Senhor Deputado Chicão da Silveira – Presidente, permita-me quebrar o protocolo só para registrar as minhas felicitações a Senhora Dena, funcionária desta Casa que tem nos assessorado com

tanta competência, acompanhando a dinâmica dos nossos trabalhos, se não fosse pela ajuda dela, talvez a gente não desempenharia o nosso papel com tanta eficácia.

Parabéns, que Deus a abençoe e muitos anos de vida.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, senhores e senhoras presentes em plenário, eu iria começar o meu discurso hoje com uma mensagem boa para Roraima, uma pesquisa que eu fiz no Conselho Nacional de Justiça, mas, de repente, acontece aquela história, um dia os Yanomamis, outro, Raposa/Serra do Sol. Agora, as informações que tenho é que são mais 100 brasileiros, entre homens e mulheres, presos na Guiana. São gravíssimas as informações que estão chegando aqui no Estado, e é preciso uma posição enérgica da Assembleia Legislativa. O Deputado Chico Guerra, que é o atual Presidente desta Casa, já esteve na Venezuela quando ocorreu um caso similar a esse que está acontecendo na Guiana. Quero fazer um apelo à Presidência para criarmos uma comissão e fazermos uma articulação com os Governos do Estado e Federal, para tentarmos saber pelo menos como estão os nossos irmãos e irmãs brasileiras na República da Guiana.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Nobre Deputado, já estamos encaminhado o Coronel Chagas para nos trazer todas as informações possíveis e já está marcada para amanhã, no final da tarde, a ida de alguns Deputados para Georgetown. E, de acordo com o que foi informado pela Embaixada, hoje e amanhã devem ir no mínimo três Deputados mais a imprensa para ver a real situação em que se encontram esses brasileiros lá na Guiana.

Logo, já estão sendo tomadas as providências nesse sentido, falta só falar com o Presidente da Comissão de Direitos Humanos, que é o Deputado Xingú, para que possamos ir lá, os Deputados Chagas, Xingú e eu para averiguarmos a situação.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz continua. - Parabéns pela atitude tomada Presidente, a sua presença é fundamental, pela experiência de negociação que Vossa Excelência tem, haja vista que na Venezuela, idos atrás, quando houve o conflito com os garimpeiros lá no País vizinho.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Jânio Xingú – Deputado Joaquim, essas informações que estão chegando com relação à República Cooperativa da Guiana e a Venezuela já vinham há uns três meses. Ontem, estive no Consulado da Venezuela, porém o Consulado da Guiana estava fechado e só uma pessoa respondia. Esses dois países são muitos limitados com relação diplomacia. A Venezuela é muito mais fechada do que a própria República da Guiana.

Temos uma Comissão de Direitos Humanos, da qual participam os Deputados Soldado Sampaio, Dhiego, Jean Frank e Jalsler Renier. Logo, essa iniciativa por parte de Vossa Excelência só vem a reforçar e dar um norte a Assembleia Legislativa para que possamos, com a participação de mais Deputados, ampliar a Comissão de Direitos Humanos para podermos pegar as informações necessárias, tanto no Consulado da Guiana, quanto da Venezuela. E, se possível, essa comissão irá até os dois países para visitar essas pessoas que estão presas lá, poderá colher informações de seus familiares que estão aqui, no Estado de Roraima, e em outras cidades, para que cheguem a uma conclusão e encaminhem um relatório aos Deputados Federais e aos Senadores do nosso Estado, que são quem têm legitimidade para fazer um pleito junto ao Ministério da Relações Exteriores.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz continua. - Obrigado, Deputado Xingú. Senhores Deputados, na realidade, hoje eu iria tratar sobre o trabalho que nós desenvolvemos, eu e o Deputado Rodrigo, em Brasília, na semana passada, as audiências com as áreas técnicas, com o Senado Federal, o encontro com os Parlamentares Federais, a audiência com a PEC 111 que vem beneficiar os servidores do ex-Território e a articulação feita, Deputado Célio, pela nossa bancada ao colocar o Deputado Luciano como relator da PEC, o qual vai ajudar muito pelo conhecimento que ele já tem sobre o trabalho que nós estamos realizando. Quando eu digo nós, é o Estado de Roraima, pois estamos tentando resolver a situação dos funcionários do ex-território no Estado de Roraima e no Estado do Amapá. Então, quem ficou como relator foi o Deputado Luciano, mas esse é um assunto que eu vou colocar aqui na próxima Sessão da Assembleia. O que eu quero dizer, hoje, é algo que nos glorifica como instituição, porque Roraima foi o Vice-campeão de competência, junto ao Conselho Nacional de Justiça, em se tratando de Tribunal de Justiça aqui. Sergipe conseguiu cumprir a demanda de 21%. Roraima conseguiu 109, acima de Estados ricos que possuem uma estrutura superior a nossa. Está de parabéns o desembargador Lupercínio por todo o trabalho que ele está desenvolvendo na sua gestão. Estão de parabéns a Defensoria Pública, a Polícia investigativa, os procuradores, o Ministério Público por essas ações que

são realizadas, ações conjuntas de toda uma estrutura que compõe o Judiciário e que fez com que nós ultrapássemos a meta e conseguíssemos resultados de excelência para resolver, muitas vezes, a situação dos cidadãos, principalmente daqueles que não têm como contratar um advogado para defendê-los dos seus problemas junto à justiça.

Depois de Roraima, em terceiro lugar veio o Paraná e depois o Amazonas. Os advogados, tanto os de defesa quanto os de acusação, também têm um papel fundamental, porque é um trabalho bem feito que não cabe tantos recursos e que faz com que os resultados sejam alcançados, pois a decisão é mais rápida em todas as instâncias pelas quais tenha que passar qualquer tipo de processo da área judicial. Então, entra nesse aspecto também os juízes de primeira instância, pela agilidade do Tribunal de Justiça e, finalizando, os desembargadores. Eu acho que esta é uma matéria importante, já que muitas vezes a mídia só coloca para a opinião pública do nosso Estado as coisas ruins que estão acontecendo. O fato da nossa justiça ser a segunda mais competente do Brasil nos enche de orgulho, porque demonstra que há um entrosamento, um profissionalismo de todas as instituições que compõem a nossa justiça. Como eu disse aqui, não só, Deputado Gabriel, os desembargadores estão gerindo a justiça no Estado, mas o somatório de todos os trabalhos, desde a polícia investigativa até o Ministério Público, aos procuradores, a defensoria, porque esse resultado é um trabalho que foi realizado por todas as comarcas do interior de Roraima e, principalmente, da capital, que concentra o maior volume de processos. Então, parabéns Roraima.

Está de parabéns a justiça e nós, aqui da Assembleia, também, enquanto legisladores, porque aprovamos todos os projetos que vieram para a nossa Casa para serem votados em benefício da justiça. Concedo um aparte ao Deputado Jalsler Renier.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Jalsler Renier – Deputado Joaquim, eu acredito que até o final desse mês o Presidente do Tribunal de Justiça encaminhará para esta Casa a abertura de mais três vagas naquela instituição. O Tribunal de Justiça, terá mais três desembargadores. E isso, sem dúvida alguma, dinamizará ainda mais a ação daquela instituição.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz continua. - Além, Deputado Jalsler, do julgamento via videoconferência, que pode ser feito pela justiça Federal. E aqui, eu não faço críticas aos juízes da Justiça Federal, porque eles são heróis. Nós temos três ou quatro juízes federais para cuidar de toda a Justiça Federal do Estado. Se tivéssemos uma tecnologia de ponta na Justiça Federal, com videoconferência, como vai ser implantado na Justiça Estadual, muitos casos seriam resolvidos. Eu não estou falando de seis ou de sete arroteiros, mas dos 512 pequenos produtores que saíram da Raposa/Serra do Sol e que ficaram, como eles diziam, excluídos. Eles sim, hoje, são uns excluídos, porque não tiveram direito a nada e não há nenhuma solução para o problema deles. Se nós tivéssemos esse dinamismo da Justiça Federal, com uma tecnologia de ponta, com mais juízes aqui, a situação seria bem diferente.

Não quero fazer nenhuma crítica, porque sei que é muito difícil a Justiça Federal com quatro, às vezes com três, às vezes com um juiz, cuidar da justiça do nosso Estado. É difícil! E quando se tem condições e se dá oportunidade, os resultados estão aí demonstrando o quanto foi importante nós prestigiarmos, nós apoiarmos todos os projetos que vieram para cá em benefício da justiça, que se converte em benefício para o povo de Roraima.

O Senhor Deputado Ionilson Sampaio – Bom-dia a todos. Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, eu queria iniciar minha fala dando os pêsames ao nosso servidor desta Casa, o jornalista Fernando Éder, pelo falecimento de seu pai ontem, em Fortaleza. Nós também prestamos algumas informações nesta Casa, a respeito da reunião que participamos ontem em Rio Branco, no Acre, meu caro Deputado Sampaio, para aqueles que não puderam estar lá. Viajamos eu, o Presidente desta Casa e os Deputados, Coronel Chagas, Erci de Moraes e Chicão da Silveira. Nós fomos para participar de um debate a respeito das dívidas dos Estados, contraídas e negociadas com o Governo Federal, de forma que, mostra-se hoje muito perversa com os Estados, porque retira do FPE, sem risco nenhum dos Estados darem calote no Governo Federal, e consequentemente compromete as finanças dos Estados.

Deputada Aurelina, para Vossa Excelência ter uma noção, em 98 as dívidas dos Estados com a União era de pouco mais de 113 bilhões de reais. Já se pagou 303 bilhões e ainda se deve mais 400 e poucos bilhões de reais. Portanto, isso virou uma ciranda financeira. Daí o motivo da UNALE ter convocado todas as Assembleia Legislativas para nós começarmos a discutir essa questão. É papel

da Assembleia Legislativa tomar conhecimento dessas dívidas, ver de que forma elas estão sendo pagas para, a partir daí, Deputado Flamarion, podemos ter uma radiografia do que realmente o Estado deve e quanto paga. É comum vir para esta Casa Mensagens do Governo pedindo autorização para se fazer empréstimo para isso e para aquilo, empréstimo para a Codesaima, para revitalizar Jatapú, empréstimo não sei para quê, enfim, não se sabe quanto é que o Estado deve e quanto paga. Qual a nossa capacidade de endividamento?

Então, ontem, lá em Rio Branco, no Acre, quase todos os representantes dos Estados da Federação estavam discutindo essa questão do endividamento dos Estados e também, essa maneira perversa que a União vem cobrando essas dívidas. Essas dívidas são atreladas ao IGPDI (Índice Geral de Preços de Desenvolvimento Industrial) que é a maior taxa que existe. De lá para cá, a União Federal, Deputado Gabriel, conseguiu a instabilidade econômica e financeira. Os juros reduziram, mas, nem por isso, a dos Estados e Municípios também, porque há municípios que são tomadores de créditos que vêm pagando taxas exorbitantes para o Governo Federal. O Governo Federal virou um agente financeiro, como se fosse um Banco onde os Estados estão financiando essa dívida.

Nessa reunião ficou acertado com o Presidente Chico Guerra que ele iria nomear uma comissão de Deputados desta Casa, para que nós poderíamos ir a ASSEPLAN, ao Tribunal de Contas do Estado, para apurarmos essas dívidas que o Estado tem e vemos de que maneira isso está sendo pago, com o intuito de que possamos ter uma radiografia visando uma possível negociação futura, já que o Congresso Nacional está com uma Comissão também analisando a questão dessas dívidas. A verdade é que nós não sabemos a quanto isso anda. Nós não sabemos o que devemos e nem quanto pagamos. Então, é preciso que tenhamos essa radiografia para que possamos discutir ou pedir redução dessas dívidas junto ao Governo Federal, se for o caso. Concedo um aparte ao Deputado Flamarion Portela.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Flamarion Portela – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Deputado Ionilson Sampaio, o pronunciamento de Vossa Excelência realmente tem muita lógica. Mas, eu quero só ilustrar algo importante. O Estado do Amapá, o nosso irmão gêmeo, tem um débito hoje menor do que 400 milhões de reais. O Estado de Tocantins também foi criado pela Constituição de 1988, deve pouco mais de 300 milhões de reais. O Estado de Roraima tem um débito de um bilhão e 300 milhões de reais. Isso significa que nós, os nossos filhos, a sociedade de Roraima vai passar muito tempo pagando esses débitos. Só o atual Governo já contraiu um valor expressivo em empréstimos com a Caixa Econômica para a ampliação da rede de esgoto sanitário, para a distribuição de água na capital, para a energia de Jatapú e interiorização, para recuperar as rodovias estaduais, para as vicinais que estão sendo asfaltadas. Fizemos empréstimos até de oito milhões de reais para complementar a compra de um jatinho, que é supérfluo. Então, o Estado de Roraima, hoje, deve um bilhão e trezentos milhões de reais, que a sociedade há de pagar com brevidade, ou com prazo mais longo. Isso é algo preocupante, comparado com o Amapá, que deve quatrocentos milhões, e com Tocantins que deve trezentos. Só para se ter um ideia, o Acre é um Estado antiquíssimo e deve um bilhão e setecentos milhões de reais. Então, eu acho que é importante levantarmos essa questão e até aproveitarmos esse momento da renegociação da dívida com os Estados para que Roraima se insira nisso também, porque ele tem empréstimo com a Caixa Econômica, com o BNDS que como são ligados ao Governo Federal, são órgãos, cujo capital social é absolutamente do Governo Federal, do Estado nacional. É importante que se tenha clareza disso, até porque a bancada também pode ajudar nessa negociação. Como está se discutindo a dívida de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo etc, Roraima também é um Estado da federação brasileira e deve estar inserido nisso. Então, eu louvo o pronunciamento de Vossa Excelência que é realmente uma preocupação cabível.

O Senhor Deputado Ionilson Sampaio continua. - É verdade, Deputado Flamarion. É exatamente por isso que é importante a Assembleia Legislativa, de forma urgente, criar essa comissão. Esse é um trabalho que demanda algum tempo, vai demandar ajuda de alguns técnicos especializados, porque essa questão de empréstimos, juros e tributos, é uma questão complexa, que vai precisar de pelo menos quinze dias a um mês para que possamos ter uma resposta de maneira clara, saber o que foi renegociado em 1998 quando a União chamou o Estado para negociação, saber se essas dívidas contraídas mais recentemente estão dentro do pacote, já que foram financiadas pelo BNDES. Essas sim, são as que ainda têm os juros menores, porque a

maioria das dívidas antigas estão indexadas pelo IGPDI, e variam de 6 a 9%. Há Estado que paga 13% de juros, e é juros sobre juro, é juro composto, o que contraria, inclusive, a disposição da Constituição Federal. Então, é preciso que a Assembleia trabalhe nisso, porque além de estarmos excessivamente endividados, podemos estar pagando muito dinheiro para a União, daí a importância de fazermos esse levantamento.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Erci de Moraes – Quero cumprimentar Vossa Excelência por está trazendo este tema ao conhecimento de nossos pares e dos que nos assistem neste momento. Eu fiquei até surpreso, porque sempre se passou a versão de que o Estado de Roraima não tinha herdado nenhuma dívida do antigo Território, que o Governo Federal teria absorvido tudo, assumiu que pagássemos nessa nova modalidade que é praticamente uma extorsiva com relação ao custo dessa dívida. Então, quero fazer um apelo ao Deputado Chico Guerra que, com a maior urgência, constitua uma Comissão Especial para que possamos dissecar essa dívida, como foi se formando durante esses mais de vinte anos, para que possamos dar conhecimento real à sociedade possamos tomar as medidas cabíveis. Muito Obrigado!

Aparte concedido ao Senhor Deputado Chicão da Silveira – Quero discordar do Deputado Flamarion Portela quando diz que o jatinho é supérfluo. Ontem, eu conversava com o Deputado Ionilson no avião devido a nossa localização geográfica, em função dos poucos horários de voos comerciais que temos. E, quero até agradecer a generosidade do Senhor Governador por ter cedido ao Poder Legislativo esse avião. Nós estávamos discutindo o endividamento do Estado, inclusive, porque é um assunto de grande relevância ao interesse do Estado de Roraima.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Deputado Flamarion, são fundamentais as suas colocações por ter sido Governador do Estado. Eu fui Presidente de uma Companhia que herdou uma dívida enorme do Governo Federal ao passar para Território, e o pior, naquela época, pegamos o IPCA aberto, mais correção. Então, só para se ter uma ideia, na época que eu estava na CODESAIMA, a dívida com o sistema financeiro, e olhe que naquela época o Deputado Flamarion tentou uma renegociação, depois nós tentamos, se aproximava dos 800 milhões. Quer dizer, o que está se propondo? Eu participei de uma reunião lá no Senado, semana passada, aproveitei que havia uma equipe de Governadores de vários Estados discutindo essa situação e, quando vi que teria essa oportunidade como legislador do Estado de Roraima, eu pedi permissão para me juntar a eles e participar da reunião. Então, o que se discute agora é que a taxa SELIC está baixando, por determinação do Governo Federal. Ora, o Governo reduz a sua dívida pública, mas o Governo Federal não quer reduzir as dívidas dos Estados e Municípios. Entretanto, no nosso caso específico havia, porém no Estado do Amapá e nem no Estado do Tocantins havia uma Companhia de Desenvolvimento. Essa absolveu, além das dívidas da CODESAIMA, as dívidas do extinto Banco de Roraima e, naquela época, eles não aceitaram, em hipótese nenhuma, nem na sua gestão, nem na gestão do Governador Neudo, nem na gestão do Brigadeiro, nenhum tipo de negociação. Tanto não aceitaram que o vice líder aqui, quase cai da cadeira quando eu falei para ele que só da CODESAIMA foram 800 milhões na época. Esse é um recurso descontado direto do FPE para pagar as dívidas dos conjuntos habitacionais oriundos do ex-Território Federal de Roraima, cuja dívida não compete aos cidadãos do Estado de Roraima. É uma dívida da União. Então, eu só queria corroborar com Vossa Excelência para encontrarmos uma saída, criarmos uma Comissão para trabalhar direto no Senado tanto quanto se falou aqui de FPE. Deputado Ionilson, quinta-feira agora, em Brasília, haverá o início da discussão do FPE dos Estados e do Distrito Federal e essa questão que Vossa Excelência está levantando, que a UNALE está levantando, está na pauta do Congresso Nacional para ser votado agora e, se nós não tomarmos a posição que Vossa Excelência está pedindo, podemos entrar na história sem buscar uma saída, uma alternativa para não inviabilizarmos o nosso Estado.

O Senhor Deputado Ionilson Sampaio continua – Obrigado, Deputado Joaquim. Já está marcada para a próxima quinta-feira uma reunião no Senado Federal, com a participação de uma Comissão de Notáveis para resolver essa questão, porque isso passa pelo Pacto Federativo. O Governo dá o FPE ou o PFM para aqueles Municípios tomadores de empréstimos, mas o empréstimo que foi feito anteriormente é consignado, logo, não há risco algum para o Governo. Na hora que o recurso cai na conta do Estado e dos Municípios, o Governo já tira aquilo que foi emprestado com juros abusivos. Inclusive, ontem, discutiu-se sobre qual era a taxa mais justa para isso, já que tem Estado que já pagou mais do que o que tomou emprestado, mas ainda está devendo o dobro ou o triplo disso. Então, discutiu-se que se poderia usar a taxa do BNDS que está em torno de 2% a 4%. A taxa SELIC está

baixando graças a uma política da Presidente Dilma que, inclusive, está cobrando isso dos Bancos privados que não tem limite na sua ganância, para que reduzam a diferença entre o que você toma de empréstimo e o que você empresta. Mas, a taxa SELIC para um ente federado, para o Poder Público, é uma taxa complicada, porque os efeitos desses empréstimos só cessarão em 2028 e, daqui até lá, nós poderemos ter quatro ou cinco Presidentes. A taxa Selic é muito atrelada aos humores da economia mundial. Logo, se houver um problema na economia mundial, como nós estamos tendo agora na Europa, a taxa SELIC poderá voltar a aumentar e, se essas dívidas estiverem atreladas a taxa SELIC, elas poderão voltar a subir. Então, temos a taxa do BNDS que acho que seria uma coisa justa e os Estados estão trabalhando para isso. Mais uma vez digo que precisamos saber quanto é que nós devemos e quanto é que nós estamos pagando. Obrigado.

O Senhor Deputado Brito Bezerra – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Quero iniciar com um ditado popular que me parece que foi dito por um Governo do PT: “nós, brasileiros, não desistimos nunca”. E, como tenho essa concepção que não desistimos nunca, venho trazer a esta Casa uma indicação ao Governo do Estado que fiz no início do meu mandato em 2011. Senhor Presidente, primeiro fiz um Projeto de Lei Autorizativo, tido como inconstitucional, mas foi uma sugestão que acatei. Projeto esse para que possamos identificar no Estado de Roraima os produtos da cesta básica e a partir daí desonerar o ICMS de 17 para 7% nesses produtos. Diante da agnição de inconstitucionalidade por esta Casa, esse projeto foi arquivado e me foi sugerido uma indicação. Pois bem, foi feita a indicação para o Governo do Estado para que, conforme a Lei Complementar Federal de 27 de janeiro de 1975, que dispõe sobre as operações relativas à circulação de mercadorias, sejam concedidas e revogadas, nos termos de convênio celebrados e ratificados pelo Estado e pelo Distrito Federal, essa redução. Quero lembrar aos senhores Deputados, que existe uma Lei Complementar autorizando o Governo do Estado a diminuir de 17 para 7% a taxa de impostos de todos os produtos que compõem a cesta básica e, existe também, um convênio autorizativo do COFAS – Conselho Fazendário, o qual o Estado de Roraima aderiu, onde é perfeitamente possível e legal que o Governo do Estado diminua os impostos da cesta básica, tendo em vista o momento crítico pelo qual passa o nosso Estado, pois o desemprego assola a casa de cada cidadão roraimense e as oportunidades se mingam. Nós devemos, como parlamentares, como pessoas que representam a sociedade, trabalhar no sentido de equacionar essa problemática, sobretudo, para garantirmos um direito individual e constitucional do cidadão brasileiro, que é o direito a alimentação, haja vista que hoje milhares de roraimenses se quer têm esse direito. Então, em relação à indicação que foi feita para o Governo do Estado, não tivemos sequer um retorno se está sendo feito e protocolado nesta Casa novamente. E, apelo a base do governo para que possamos ter do Governo do Estado um projeto nesse sentido para esta Casa, Deputado Gabriel, sabe da problemática desse povo, para diminuir a alíquota para que as pessoas tenham em sua mesa o pão de cada dia. Dentro do mesmo bojo e gozando dessa mesma convicção de que o bom brasileiro não desiste nunca, novamente trago a esta Casa um Projeto de Lei que deverá ser apreciado por todos os Deputados e Deputadas aqui presentes, e que uma vez já foi aprovado por unanimidade. Trouxe, novamente, o programa de regionalização da merenda escolar, por entender que é necessário, por entender que o Veto foi meramente político e que, desta vez, acreditando na sensibilidade e no poder das pessoas, dos governantes e parlamentares desta Casa, o poder irá rever suas decisões para que possamos aprovar novamente, por unanimidade, e o Governo do Estado sancionar esse Projeto de Lei que Regionaliza a Merenda Escolar.

Gostaria de dizer para vocês que a Secretaria de Educação do Estado do Amazonas investiu 22 milhões de reais na regionalização da merenda escolar no Estado do Amazonas. Os amazonenses, hoje, resgataram seus hábitos alimentares. Eles consomem, na merenda escolar, vinte e dois produtos que são produzidos naquele Estado, valorizando a produção local, a economia local e, sobretudo, a classe estudantil ao efetuar uma alimentação saudável que, com certeza, irá dinamizar o aspecto intelectual daquela classe estudantil. Deputado Sampaio, lá o Governador do Amazonas investiu 22 milhões de reais, mas aqui, o Governador disse que não é de interesse público regionalizar a merenda escolar. Eu não sei se estamos em outro mundo ou país, não entendo, pois em vários Estados da Federação existe um programa de regionalização da merenda escolar e ele não foi tido como inconstitucional, não foi tido como de não interesse público. Então, reapresento esse projeto e conto

com Vossas Excelências no sentido da aprovação.

Senhor Presidente, venho cobrar de Vossa Excelência que nomeie, nesta Casa os sete membros que irão integrar a CPI que deverá ser instaurada neste Poder nos próximos dias. No dia 02.04.12, a oposição desta Casa protocolou um Requerimento que solicita de Vossa Excelência a nomeação de sete membros, com a finalidade de investigar e apurar a locação de veículos para o Governo do Estado de Roraima e órgãos da administração direta, conforme documentos anexos, buscando fundamentá-lo juridicamente. Então, solicita de Vossa Excelência que tome posicionamento de indicar sete parlamentares, conforme os blocos aqui, nesta Casa, conforme os partidos, para que possamos dar respostas transparentes à sociedade roraimense sobre as matérias que toda mídia desse Estado divulgou: locação de veículos sem objeto, locação de veículos sem necessidade de existir, por preços exorbitantes, locação de veículos por parte do ITERAIMA, Gabinete Civil, CER, CAER. Não há a transparência necessária para que o cidadão saiba que seus recursos estão sendo investidos em prol do seu bem-estar. Nesse sentido, quero dizer a Vossa Excelência, e está fundamentado no Requerimento da CPI, que não é necessário, conforme a Legislação Brasileira, conforme a Constituição do nosso país, que se submeta a Plenário, para apreciação da maioria, a indicação desses parlamentares. É um direito assegurado no parlamento, seja municipal, estadual ou federal, requerer que seja nomeada uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar, desde que haja indício, e a nossa CPI tem indício de sobre. O Supremo Tribunal Federal também tem uma decisão nesse sentido, senão, Deputado Joaquim Ruiz, seria impossível instalar uma CPI no nosso país. Nos governos, sejam eles estaduais, municipais ou federal, para que haja governabilidade, eles têm sempre a maioria no parlamento. Então, um requerimento da minoria seria impossível de ser aprovado se colocado para apreciação da maioria. Nós teríamos aqui 08 votos contra 16, ou 10 votos contra 14, mas de certo que não seria provado. Portanto, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, imprensa local, povo do meu Estado que está aqui nos assistindo, é necessário sim que seja nomeada essa Comissão parlamentar de Inquérito para que possamos apurar todos os objetos dessas locações de veículos e mostrarmos com transparência para nossa sociedade o que realmente acontece com o dinheiro público.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Soldado Sampaio – Senhor Deputado, primeiramente, queria me solidarizar com Vossa Excelência em relação ao grande trabalho que fez em nosso Estado, divulgando, mobilizando a classe empresarial, os agricultores da agricultura familiar, o pequeno produtor, sobre a importância da aprovação desse projeto de regionalização da merenda. Nós estivemos, recentemente, no depósito da merenda escolar e constatamos, ouvimos lá do diretor que a quantidade mínima de merenda que eles têm lá, é mínima, e estão mandando merenda para o Sul do Estado para apenas atender a 10 dias. Fui no quilômetro 55, no interior do Estado, e constatei que só havia macarrão e catchup, que há mais de dez dias tinha chegado a última remessa, e sem previsão para a chegada da próxima. Merenda de péssima qualidade. Vi crianças comendo manga, laranja embaixo das árvores, pois a merenda não era oferecida. Então, acho que nós perdemos uma grande oportunidade de valorizar a economia do nosso Estado e, principalmente, o pequeno agricultor, a agricultura familiar que não tem incentivo nenhum. Deputado Brito, Vossa Excelência não queria saber o que está sendo feito com o calcário que foi comprado para este Estado? Está sendo jogado na beira das vicinais, sem preparo nenhum, sem orientação nenhuma, simplesmente para se desfazerem do calcário, e o pequeno agricultor, ouvi de muitos deles, receberam por receber, pois não havia nenhum projeto para a vinda de sementes, e não se discute isso, a aração da terra. E o que é pior, Deputado, ouvi que nem se atrevem a produzir, porque senão, não poderiam escoar os produtos, devido às condições, porque não há estrada. Então, é assim que estão sendo tratados os nossos produtores. Deputado, também queria me somar a Vossa Excelência no tocante a essa mega CPI que temos que instalar nesta Casa, no sentido de apurar a locação de veículos superfaturados. É inadmissível termos que pagar R\$ 690,00 por dia pelo aluguel de uma picape que, muitas vezes, nem é utilizado para o trabalho. Lembro-me muito bem que há tempos atrás, havia agiotas, atravessadores procurando no mercado de Boa Vista quem tinha uma S10 para alugar, pois pagavam um bom preço, seria um grande negócio. E aí, Deputado Brito, tenho percebido que as nossas viaturas, ambulâncias estão paradas no pátio dos hospitais, da Polícia Militar, da Polícia Civil, por falta de peças que custam 100, 200 reais. Nós temos dinheiro para pagarmos uma diária de R\$ 690,00,

mas não temos dinheiro para recuperar uma viatura, uma ambulância, um caminhão de feira. O que parece é que a prioridade não é desenvolver este Estado. Então, quero me somar a Vossa Excelência e requerer à Mesa Diretora que instale sim a CPI. E, gostaria de saber se o G5 está de maneira oficializada nesta Casa para o reconhecermos enquanto grupo, porque se ele estiver, tem sim o direito de participar, se não estiver, a questão será entre a oposição e a situação. Nós, da oposição, apresentamos o líder, o vice-líder, o segundo vice-líder e todo o grupo da oposição nesta Casa que está regimentalmente amparado, temos 1/3 e precisamos saber se o G5 está de maneira oficializada nesta Casa. Também gostaria de requerer que nessa Comissão formada para ir a Guiana, seja respeitada a proporção entre toda a Comissão. Então, era isso. Obrigado pelo aparte.

O Senhor Deputado Brito Bezerra continua – Nobres parlamentares, Senhoras e Senhores aqui presentes, todos os requisitos essenciais para requerer a instauração dessa CPI estão observados em nosso Requerimento, ou seja, o interesse público, a competência funcional da Casa Legislativa, a intangibilidade dos direitos e garantias individuais e coletivas, a solicitação de 1/3 dos membros desta Casa Legislativa, ou melhor, a assinatura de 08 dos 24 parlamentares que compõem esta Casa, a apuração de fato determinado que é a locação de veículos para o Governo do Estado e para a administração direta e indireta e a fixação de prazos certos, que é de 90 dias. Todos esses requisitos compõem o nosso requerimento, Deputado Joaquim Ruiz, Senhoras e Senhores Deputados. Quero me ater aqui ao artigo 58 da Constituição Federal, que se destina a ensejar a participação ativa da minoria dos parlamentares no processo de investigação legislativa, sem que, para tanto, mostre-se necessária a concordância das agremiações que compõem a maioria parlamentar. Logo, Senhor Presidente, não é necessário, apesar de estar elencado aqui no ordenamento desta Casa, que a maioria legislativa se submeta a apreciação deste Plenário. Portanto, peço somente que o Senhor Presidente nomeie e instaure essa CPI para que possamos tornar público essa contextualização da locação de veículos do Governo do Estado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Mecias de Jesus – Deputado Brito, com satisfação participei do debate oportuno que Vossa Excelência faz neste momento na Tribuna desta Casa. Quero lembrara o meu amigo, Deputado Chico Guerra, que tempos atrás, antes de assumir a Presidência desta Casa, ele era totalmente a favor de que uma CPI fosse instrumento da minoria e que com a assinatura de apenas 8, não precisaria nem de votação, pois se instalava diretamente a CPI. Ele era o maior defensor dessa ideia. Acredito que ele com certeza não esqueceu disso e, ao invés de submeter a uma votação, nomeará os membros da CPI. Obtive uma informação hoje, de que o Governador já teria dado uma ordem à CER para tornar sem efeito os contratos dos 25 carros, porque a empresa não teria entregue todos os carros, mas o objetivo era esse, não entregar os carros e faturar, por isso estamos fazendo a CPI. E, tenho certeza que nenhum Deputado nesta Casa vai se negar a apoiar, porque é interessante, é apenas para elucidar os fatos. Se o governo estiver certo, vamos cantar parabéns, se estiver errado, vamos mostrar onde está o erro.

O Senhor Deputado Brito Bezerra continua. Obrigado, Deputado, obrigado Presidente, era o que eu tinha a dizer.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Antes de passar para a Ordem do Dia, quero dizer ao Deputado Sampaio que eu vou ceder a minha vaga a Vossa Excelência. Eu me coloquei a disposição devido a experiência que tenho nesse tipo de situação, mas, já que Vossa Excelência faz tanta questão de ir, pode usar a minha vaga sem problemas. Com relação ao Deputado Chagas, não é porque ele tem um irmão envolvido, é que ele tem um irmão empresário na área de garimpo que mora lá há dezoito anos, e essa pessoa pode nos ser útil nessa situação. Portanto, Vossa Excelência está nomeado pela Presidência para fazer parte da Comissão.

Com relação à CPI, eu não sei porque essa pressa, estamos no Parlamento, onde a maioria decide. Se bem me recorde do pronunciamento de Vossa Excelência, Líder da oposição, o senhor disse que era para ser ouvido o plenário, mas nós vamos com calma. Não se preocupe que a CPI vai sair no momento certo, não adianta fazer pressão.

Questão de Ordem do Deputado Jalser Renier – Não quero dizer que o Deputado “A” é mais ou menos que o Deputado “B”, o que está em questão aqui, não é o tempo, mas sim a experiência. Vossa Excelência tem muito mais experiência que o Deputado Sampaio para conduzir esse trabalho. Então, eu acho que como membro e Presidente deste poder, um homem que já teve sucesso na retirada dos garimpeiros que foram presos na Venezuela, incansável nessa negociação, pois

foram mais de quatrocentos garimpeiros presos, e conduziu na época, pela boa relação que Vossa Excelência tem, muito bem esse impasse, que reveja essa sua decisão. E, eu tenho certeza que o Deputado Sampaio será benevolente nessa questão, que também é importante para o parlamento, até porque nós vamos ser representados pelo Poder Legislativo que estará com o seu Presidente conduzindo esse trabalho. Então, peço que Vossa Excelência reveja a sua decisão e que o Deputado Sampaio não provoque esse constrangimento nesta Casa, Senhor Presidente, continue a frente dessa decisão.

Questão de Ordem do Senhor Deputado Soldado Sampaio – Deputado, deixei bem claro no meu discurso que não sou voluntário, nem passa porte eu tenho, e tenho outros compromissos, não tenho interesse nenhum em ir. E, defendo que Vossa Excelência vá. Agora, Deputado Jalser, nós temos uma Comissão de Direitos Humanos que tem feito um excelente trabalho, visitando a penitenciária, hospitais, estamos atendendo as minorias, e esta Comissão tem que ser prestigiada. Defendo que o Presidente desta Casa vá e autorize que a Comissão de Direitos Humanos indique dois membros. Eu falei agora há pouco, ao Deputado Xingu, que não sou voluntário, que tenho outra agenda, deixei isso bem claro. Só peço que valorize as Comissões desta Casa. Esse é meu objetivo. Mesmo tendo um irmão lá dentro, eu não tenho interesse de ir. Agora temos que respeitar as Comissões.

Questão de Ordem do Senhor Deputado Chagas - Senhor Presidente, fiquei surpreso com esse questionamento do Deputado Sampaio. Quero esclarecer que eu não tenho nenhum irmão lá, tenho um primo que mora lá há vinte e um anos, já é naturalizado, e não está envolvido nisso, inclusive, ele foi Presidente da Associação dos Brasileiros que residem na Guiana Inglesa. Então, quando houve esse incidente, em conversa com o Presidente externei que esse meu primo pode dar suporte à Comissão que vai até lá, até pelo conhecimento que tem com as pessoas da Guiana e com a comunidade brasileira na Guiana. Estou à disposição de Vossa Excelência para colaborar nesse sentido, porque acho que a Assembleia Legislativa, independente de vaidade, tem que dar atenção a essa questão. E Vossa Excelência, que tem grande experiência, já ajudou tantos brasileiros no exterior, não pode ficar de fora disso. Vossa Excelência é o chefe do Poder Legislativo, tem conhecimento e eu não faço nenhuma questão de acompanhar, a não ser pela postura e compromisso que temos com as questões relacionadas à segurança pública, de cuja comissão eu sou membro. E, quero dizer que não se faz necessário este parlamentar ir, mesmo assim os conhecidos que tenho na Guiana estarão a disposição de quem for lá verificar a situação em que se encontram os brasileiros detidos pela polícia da Guiana.

Quero destacar, mais uma vez, a sua sensibilidade em temas que envolvem brasileiros em situações de dificuldades em países vizinhos. Muito obrigado!

Questão de Ordem do Senhor Deputado Jânio Xingu – Concordo com o Deputado Jalser quando diz que Vossa Excelência tem uma larga experiência no assunto, mas, ao mesmo tempo, quero dizer a Vossa Excelência que o Deputado Sampaio está certo. O Deputado Sampaio faz parte dessa Comissão, então, é regimental. O que acontece aqui, é que qualquer coisa que aconteça que envolva a mídia, todo mundo quer ser o artista, todo mundo quer aparecer. O Presidente da Comissão sou eu, isso é regimental, os membros da Comissão são os Deputados: Sampaio, Diego, Jean e o Jalser. Eu não estou dizendo que o Deputado Chagas não deva ir, ou qualquer outro Deputado, mas parece que aqui, neste poder, quando o assunto é de relevância, aparece logo um artista na frente das câmaras dizendo que é o cara, nem se toca que estamos tratando de pessoas que estão passando fome. Ontem, atendi em meu gabinete cinco garimpeiros que foram me pedir dinheiro para comprar comida. Nós temos que deixar a vaidade de lado e tratar do assunto. A Comissão de Direitos Humanos não pode ser usada como mídia, e sim como um assunto de responsabilidade, como é a questão dos garimpeiros que estão presos lá, e seus familiares estão aqui, na periferia, passando privações.

Quero dizer que Deputado não é escolhido por experiência, e sim por voto. Se o Prefeito da Capital foi eleito com vinte e um anos de idade, é porque ele teve legitimidade para ser eleito, quando houver alguma coisa que seja do interesse de Boa Vista, não é o mais velho da cidade que vão chamar para responder não, vão chamar o Prefeito eleito. Essas coisas têm que acabar aqui, neste Poder. Quando algo acontece, só quem pode responder são os Deputados que estão aqui há mais de dez anos, e a legitimidade dos que foram eleitos, não vale nada os votos que receberam? Só servem para votar projetos de interesses de alguns que manipulam este poder? Isso é inaceitável.

Questão de Ordem do Senhor Deputado Jalser Renier - Vossa Excelência! Diga os nomes dos Deputados que manipulam o Poder.

Questão de Ordem do Senhor Deputado Jânio Xingu – Eu não preciso dizer os nomes, Vossa Excelência sabe.

Questão de Ordem do Senhor Deputado Jalser Renier -

Diga os nomes, porque quem fez essa colocação pelo fato do Presidente ser um Deputado mais experiente no tocante a essas questões fui eu. E eu afirmo, tenho dezessete anos nesta Casa e não tenho a experiência que o Deputado Chico Guerra tem no tocante a esse problema. Nós temos que ter uma coisa, Deputado Xingu, que é o que poucos homens têm neste País, a humildade de saber o limite da nossa condição, humildade é o que falta em muitos Deputados deste poder. Quando eu coloquei esse pensamento foi com essa visão, eu não estou dizendo que nenhum Deputado é maior ou menor, estou simplesmente passando uma preocupação tocante a uma situação de trabalho. Vossa Excelência tem legitimidade, assim como qualquer um parlamentar, mas existem matérias que Vossa Excelência domina mais do que outras, ninguém sabe tudo. Não quis ofender quem está no primeiro mandato ou já passou de três, apenas coloquei o demonstrativo da experiência.

Questão de Ordem do Senhor Deputado Jânio Xingú – Eu não estou questionando isso, pelo contrário, não estou questionando a experiência do Deputado Chico Guerra, claro que ele tem muito mais experiência do que eu, o Sampaio, pois ele está há mais tempo aqui, o que eu estou dizendo é que nós temos que acabar com essa questão. O que eu falei agora há pouco é que se o Prefeito de Boa Vista, ou o Governador do Estado for eleito com trinta e seis anos de idade, ele é quem vai responder pelo Estado, e não uma pessoa mais velha. A legitimidade do voto é para quem é eleito, e se eu fui eleito Deputado, ou o Deputado Sampaio e os Deputados se reunirem e colocaram o Deputado mais novo para ser Presidente de Assembleia Legislativa, ele é o Presidente da Assembleia Legislativa, e tem toda a legitimidade. E, eu desconheço qualquer lei que diga o contrário.

Questão de Ordem do Senhor Deputado Erci de Moraes – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, quero lembrar aos meus pares que é nobre e louvável esse interesse, essa consciência de querer participar dessa Comissão que vai a Guiana, mas eu acho que estamos perdendo tempo com essa discussão. Nós temos o Regimento Interno e, conforme ele, para eu ter direitos, preciso cumprir as minhas obrigações. Então, é preciso que os nobres pares atentem se estão realmente aptos a fazerem parte dessa Comissão, porque para fazer parte dela, é preciso que haja reuniões todas as terças-feiras. É regimental a reunião das Comissões Permanentes. Agora, há uma resolução da Casa para que isso seja cumprido. Portanto, peço à Mesa que faça cumprir essa resolução. Faço parte da Comissão de Assuntos Fronteiriços e esse assunto envolve naturalmente esse caso, mas não estou fazendo questão de ir, estou apenas levantando aos colegas que é uma discussão desnecessária, estamos perdendo tempo. O que nós precisamos é cumprir o regimento com rigor e acabarmos com essas discussões. Muito obrigado.

Questão de Ordem do Senhor Deputado Chicão da Silveira – Senhor Presidente, quero registrar que não é mérito de nenhum colega Deputado não participar, mas acho que teríamos que ser sensíveis há alguns pleitos. Ontem, no voo de duas horas e dez minutos de Rio Branco/Acre até Boa Vista, vínhamos conversando a respeito dessas pessoas que estariam envolvidas na garimpagem ilegal na Guiana Inglesa e, Vossa Excelência se mostrou muito preocupado em buscar uma forma de sensibilizar o Governador do Estado para emprestar a aeronave do Governo para que pudesse ir até lá. Então, eu vou fazer o que lá? Não conheço nada de relações diplomáticas, não falo inglês. Vou fazer lá, vou apenas ocupar espaço na aeronave? Eu tenho que discutir um assunto, do qual eu tenha conhecimento de causa. Quando eu disse que Vossa Excelência seria a pessoa mais indicada para resolver os assuntos inerentes à questão, juntamente com o Coronel Chagas e o Deputado Flamarion, que conhecem as relações diplomáticas da Guiana Inglesa, é porque seriam as pessoas aptas a ir lá e resolver a questão.

O Deputado Jânio Xingu tem que citar as pessoas que manipulam esse Poder. Eu preciso conhecer esses manipuladores do Poder Legislativo porque estou à quase doze anos aqui e não os conheço. É preciso que ele nomine para que não paire dúvidas no ar.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Passamos para a Ordem do Dia com a discussão e votação, em turno único, do Projeto de lei nº 075/11, que “Dispõe sobre os direitos básicos dos servidores públicos temporários e comissionados no âmbito do Estado de Roraima”, de autoria do Deputado Rodrigo Jucá; do Requerimento de Pedido de Informação nº 005/12, a ser encaminhado ao Excelentíssimo Senhor

Secretário de Estado da Saúde, Leocádio Vasconcelos Filho, para prestar informações a esta Casa de Leis; e, em segundo turno, do Projeto de Lei complementar nº 051, de 28 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a carreira, a remuneração e o quadro de organização e distribuição do efetivo da Polícia Militar do Estado de Roraima, e dá outras providências”, de autoria governamental.

O Senhor Deputado Chicão da Silveira pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, requeiro a Vossa Excelência que suspenda a Sessão por 5 minutos para que possamos debater na CCIJ a matéria que trata do Ministério Público de Contas.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Gostaria de fazer uma proposta a Vossa Excelência, haja vista que hoje à tarde é dia de reunião das comissões. Não queria que tivesse Ordem do Dia, pois quero fazer uma reunião com todos os Deputados após a Sessão, e pode ser que ela se prolongue muito. Então, vamos deixar para a amanhã o Projeto que Vossa Excelência está pedindo.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Projeto de lei nº 075/11, bem como do Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final.

O Senhor Deputado Rodrigo Jucá pede Questão de Ordem – Vossa Excelência leu um projeto de minha autoria, o qual tenho muita expectativa de ser aprovado. Entretanto, estou em tratativa com o Governo para que não seja vetado. O Governo ainda não me deu sua última resposta. Então, eu gostaria, nos termos regimentais, de retirar de pauta esse projeto para que possamos votá-lo no momento adequado, quando tivermos a confirmação de que esses direitos efetivamente serão garantidos a todos os servidores comissionados e temporários.

O Senhor Deputado Marcelo Natanael pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, eu tenho conhecimento do Projeto do Deputado Rodrigo Jucá, concordo com ele. Acho plausível, mas queria saber se já tem parecer da Assessoria Jurídica da Casa sobre sua constitucionalidade, pois acho que é um ponto fundamental.

O Senhor Deputado Chicão da Silveira pede Questão de Ordem – Deputado, eu fui Relator da matéria e há um parecer de inconstitucionalidade do projeto, mas, junto com a assessoria, nós tiramos a inconstitucionalidade através de uma emenda do Relator e, ela está pronta para ser votada.

O Senhor Presidente Chico Guerra – A matéria foi retirada de pauta pelo autor do projeto, de modo que ela pode ser rediscutida e reexaminada pelos Senhores Deputados.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura Requerimento de Pedido de Informação nº 005/12.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) - Lido Requerimento de Pedido de Informação nº 005/12.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Coloco em discussão a matéria.

O Senhor Deputado Marcelo Natanael – Eu sou completamente favorável a qualquer tipo de informações a serem prestadas por Secretários. Mas, queria informar ao Deputado Sampaio que todos os processos licitatórios são públicos e qualquer cidadão tem direito a ter acesso a eles, inclusive, de tirar cópia. Então, a maior parte dessas informações podem ser solucionadas por um simples assessor de seu gabinete. Voto favorável, mas peço ao Deputado Sampaio que faça isso através de seu gabinete, porque nenhum secretário dentro desse governo se nega a qualquer tipo de esclarecimento.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Senhor Presidente, primeiramente, gostaria de agradecer o voto do Deputado Marcelo Natanael, e não poderia ser diferente, pois é um jovem Deputado comprometido com o bem-estar do nosso Estado que, com certeza, quer a maior transparência possível. Mas, vou discordar, em parte, com a fala de Vossa Excelência, porque mesmo com o requerimento aprovado nesta Casa, nós tivemos que reiterar ofícios solicitando que secretários enviassem informações que, inclusive, foram enviadas nos 45 minutos do segundo tempo, quando já estava pronta habes data para buscá-las naquele Poder. Nós já tivemos experiência de nos reunirmos com diretores de autarquia, tomarmos um cafezinho e eles se colocarem à disposição. E, depois, para nossa surpresa, fomos informados de que não nos mandaria as informações porque as mesmas não foram aprovadas em Plenário. E, olha que o então Diretor já foi deputado nesta Casa e dizia que tinha o maior respeito pelos Parlamentares, inclusive, nos disse que não precisaria de nenhum documento, pois um pedido verbal já era suficiente para que ele nos enviasse as informações. Então, comprovamos aquele velho adágio popular de que gato escaldado tem medo de água fria. Continuaremos tendo a prudência de requerer nesta Casa, mesmo que boa parte das informações sejam de conhecimento público. Mas, por outro lado,

Deputado Marcelo Natanael, que diga a imprensa de Roraima, que diga o cidadão quando tenta acessar o Diário oficial, dá um trabalho, primeiro em virtude da internet e segundo porque muitas informações não estão lá. O Diário oficial saiu do ar quando estava sendo feita uma pesquisa por alguns cidadãos. A mídia noticiou essa questão. Então, com esse intuito de buscar as informações legítimas, pois há informações nesse Requerimento que só o Secretário pode nos fornecer, que é a entrega de material de expediente as empresas que foram descredenciadas, pois há empresas que ofertaram um valor que não dava para pagar o medicamento e, ela desistia e era descredenciada, abrindo mão do contrato no decorrer, forçando o Secretário de Estado a fazer compras de emergência. E, o nosso intuito, com essas informações, é esclarecer ao Secretário e cobrar do próprio Ministério Público, pois certas empresas estão cotando um preço abaixo do mercado, cogitando um aditamento de preço, mas como elas não conseguem, desistem do contrato. Isso prejudica toda uma sociedade que está no aguardo desse medicamento. Então, o nosso intuito é identificar essas empresas que cotam o preço e entregam, porque aquelas que contam o preço e não entregam, estão agindo de má-fé e não merecem participar das demais licitações.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Em votação a matéria. Votando sim, os Senhores Deputados aprovam a matéria e, votando não, rejeitam-na.

O Senhor Deputado Xingú pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, a nossa orientação é para que os Senhores Deputados votem sim.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Dou por aprovado o requerimento, por 17 votos favoráveis e 02 abstenções.

Coloco em discussão, em segundo turno, o Projeto de Lei Complementar nº 05/12.

Não havendo nenhum dos Senhores Deputados que queira discutir a matéria, coloco-a em votação. Votando sim, os Senhores Deputados estarão aprovando a matéria e, votando não, rejeitam-na.

Solicito ao técnico que faça a abertura do painel para a votação.

Dou por aprovado, em segundo turno, o Projeto de Lei Complementar nº 05/12, por 19 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção.

O Senhor Deputado Chicão da Silveira pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, existe uma Moção de Pesar para ser votada.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do requerimento de Moção de Pesar nº 008/12, pelo falecimento do senhor Manoel Carlos Nogueira, ocorrido no dia 15 do corrente, na cidade de Quixadá- Ceará; do Requerimento 010/12, solicitando a transformação da sessão plenária do dia 19 de abril do corrente em Comissão Geral, momento em que serão debatidas políticas públicas para pessoas portadoras de autismo; do Requerimento nº 011/12, solicitando a transformação da sessão plenária do dia 24 de abril do corrente em Comissão Geral, momento em que ocorrerá a instalação do PROCON nas dependências do Poder Legislativo Estadual, com o objetivo de atender toda a sociedade roraimense.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) - Lidos os Requerimentos números 010 e 011/12, e a Moção de Pesar nº 008/12.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Em discussão os Requerimentos e a Moção.

Não havendo nenhum Deputado que queria discutir, passamos para votação. A votação será simbólica, os Deputados que concordarem, permaneçam como estão.

Dou por aprovados os Requerimentos números 010 e 011, bem como a Moção de Pesar nº 08/12.

Não havendo mais matéria para pauta da Ordem do Dia, passamos para o Expediente de Explicações Pessoais

O Senhor Deputado Chicão da Silveira - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, pelo carinho, pelo respeito que tenho ao amigo Fernando Heder, não poderia deixar registrar o meu sentimento, os meus pêsames a você e seus familiares. Só quando perdemos um ente querido é que sentimos o tamanho da dor. Eu sei, porque passei por isso, o que o amigo está sentindo pela perda do seu pai, mas que as bênçãos de Deus ilumine seus caminhos, lhe dê muita força para superar essa perda, pois esse é o ciclo da vida, nascemos, crescemos e morreremos. Então, que Deus possa te dar o conforto necessário.

Também gostaria de deixar registrado meus parabéns a funcionária Dena pelo seu aniversário, desejando-lhe muitas felicidades.

O Senhor Deputado Erci de Moares – Senhor Presidente, quero, também, fazer minhas as palavras do Deputado Chicão com relação ao passamento do genitor do nosso companheiro de trabalho Fernando Heder, dizendo a ele que estamos solidários nesse momento.

Sabemos que nós não nos eternizamos, passamos por essa terra, morremos, mas isso não impede que a saudade fique, a lembrança, o carinho. Então, desejamos ao Fernando que possa superar com resignação esse momento. Obrigado.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Primeiro quero convidar os membros da Comissão de Educação para uma reunião amanhã, dia 18, após o término da Sessão.

Segundo, quero falar sobre a lei, Jalser Renier. Já existem alguns dirigentes de empresas de economias mistas que estão a dois anos a frente das suas pastas e que ainda não foram convocados a apresentar relatório do primeiro, segundo ano para que possamos avaliar. Quero dizer que essa foi uma lei brilhante do Deputado Jalser. Quando estive a frente da CODESAIMA, vim aqui várias vezes, nesta Casa, prestar informações sobre aquela pasta. Então, gostaria de pedir à Casa que os convoquem, pois existem vários dirigentes de instituições que precisam ser convocados a virem aqui, para prestarem informações anuais sobre suas atividades e sobre o projeto para o próximo exercício.

O Senhor Deputado Sargento Damosiel - Senhor Presidente, na mesma linha dos que me antecederam, quero externar os meus sentimentos ao amigo Fernando Heder que perdeu o pai, Manoel Bananeira, como era carinhosamente conhecido, dizer que esse é o ciclo da vida que se completa e que cada um de nós irá passar por isso. Só o tempo é que faz com que nós possamos aceitar a perda de um ente querido.

Na mesma linha de raciocínio do Deputado Joaquim, gostaria de fazer uma cobrança. Eu acho que é até falha nossa, pois acaba passando o tempo e a gente não faz aquilo que tem que ser feito. Os deputados de oposição estão sempre cobrando, o Secretário de Saúde Leocádio Vasconcelos esteve aqui, a gente aprovou o Projeto de Lei, fizemos um acordo e o concurso da saúde nunca saiu. Então, quero reiterar essa cobrança. Ele tem que vir aqui dar essa explicação para nós, até porque, por onde passamos as reclamações são inúmeras, há falta de equipamento, de medicamento e agora comida. A Secretaria de saúde adaptou uma nova comida para os pacientes da UTI, agora é mucilon, dizem que é muito bom, deve ser implantado no Brasil todo a alimentação pariental, que é alimentação pela sonda, através do esfôfago, pois os doentes não podem mastigar, não podem se alimentar. Aqui, em Roraima, houve essa evolução, descobriram que o mucilon é a alimentação mais adequada.

Então, esse é o nosso papel, cobrar a melhoria na saúde. E, o papel mais importante do governo é cumprir a constituição, oferecer saúde, segurança, educação, pelo menos numa medida aceitável. Muito obrigado, Senhor Presidente.

O Senhor Deputado Rodrigo Jucá - Senhor Presidente, sobre o que comentou aqui, o Deputado Joaquim Ruiz, eu tenho um requerimento aqui nesta Casa também, que já foi aprovado há bastante tempo. Na verdade, não é nenhuma convocação, é um convite, porque nós não temos a competência de convocar, para que o Gerente da ANATEL, aqui do Estado de Roraima, venha a esta Casa. Enquanto isso não acontece, nós não sabemos o que esse órgão está fazendo. Os serviços de telefonia a cada dia ficam piores, os serviços de internet também e a ANATEL, que é o órgão fiscalizador, não se pronuncia a respeito disso.

Sei que o Deputado Sampaio já encaminhou a Vossa Excelência, em nome da comissão de Defesa do Consumidor, um pedido para que esse convite seja agendado aqui, nesta Casa, seja expedido a ANATEL, para que possamos tratar desse assunto importante.

Para concluir, quero também me solidarizar com o servidor Fernando pela perda irreparável de seu ente querido e, como bem disse aqui o Deputado Erci, o que resta nesse momento é a resignação e as boas lembranças. Então, que Deus lhe proteja, bem como, sua família, lhes mantendo sobre a guarda. Obrigado.

O Senhor Deputado Jânio Xingu - Senhor Presidente, quero me juntar a todos os Deputados que me antecederam. Sou solidário ao Fernando Heder que é um servidor desta Casa, uma pessoa que eu conheço há bastante tempo. Então, passar por esse momento difícil e continuar fazendo um trabalho maravilhoso como jornalista, como sempre fez. E, lembrar a Vossa Excelência que rapidamente tome providências com relação à situação dos garimpeiros na República Federativa da Guiana e, dizer que no meu pronunciamento não há nenhum vínculo em dizer que A ou B não vai participar. Até conversei aqui com o Deputado Sampaio, disse a ele que o Deputado Chagas é uma pessoa habilitada, foi Secretário de Segurança Pública, de justiça e Cidadania, é da Comissão de Segurança, e que Vossa Excelência já é habilitado por ser Presidente desta Casa, para tomar parte de qualquer assunto, e o Jalser sabe o apreço que eu tenho por ele.

Eu fui em defesa do Deputado Sampaio porque ele é membro

da minha comissão e, como Presidente, é meu dever defender as pessoas que fazem parte dela. Quero dizer que o Deputado Chagas vai ajudar muito essa Comissão pela experiência que tem o primo dele lá, para que tudo possa correr bem e chegarmos ao nosso objetivo que é ajudar os garimpeiros e seus familiares a sair dessa situação.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio - Senhor Presidente, quero convocar os membros da Comissão de Defesa do Consumidor para uma reunião amanhã, após a Sessão Plenária, com o objetivo de deliberarmos matérias pendentes na Comissão.

E, quero aproveitar para dizer que o nosso posicionamento quanto à questão dos garimpeiros na Guiana é esse. Nós defendemos que a Assembleia tem que se posicionar, fazer o seu papel indo lá cobrar que sejam respeitados os direitos dos trabalhadores, mesmo muitos deles estando ilegalmente naquele país, pois são trabalhadores brasileiros que estão lá tentando ganhar a vida. Agora, quero reiterar o nosso pedido, nada contra Vossa Excelência, pelo contrário, conheço Vossa Excelência, já participamos de negociações juntos, de lados opostos do balcão, com responsabilidade para negociar, para que um membro da comissão vá, nada contra a ida do Coronel Chagas. Agora, só acho que a comissão, assim como eu, não abre mão de defender aquilo que é de interesse del. O Deputado Xingú também não pode abrir mão daquilo que é de interesse da Comissão de Defensor dos Direitos Humanos, até porque, às vezes, vem aí alguns pepinos, e ninguém quer resolver, falta membro da comissão para assumir essas tarefas.

Então, é essa a nossa preocupação. E, como eu falei, não tenho interesse em ir, tenho outros compromissos, mas se a comissão definir que é o Coronel Chagas, mesmo não sendo membro da Comissão, sem problema. Agora, só acho que temos que definir, respeitar a Comissão e, também, à questão do Regimento Interno, onde fala que em qualquer Comissão criada nesta Casa deve ser respeitado regimentalmente a proporção dos blocos. Era esse o nosso posicionamento, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – O que os senhores esqueceram é que o Presidente tem prerrogativa para criar Comissão, de modo que atenda os interesses desta Casa. Mas estamos ainda atrás de informações para saber se justifica a nossa ida lá. No avião que nós temos disponível para ir amanhã à tarde, só cabe 06 pessoas, seriam três Deputados, um cinegrafista, um fotógrafo e um repórter. Então, nós entendemos que o Presidente da Comissão dos Direitos Humanos poderia fazer parte dessa Comissão, mas aí já estaríamos prestigiando a Comissão de Direitos Humanos.

A Senhora Deputada Ângela Portella – Senhor Presidente, demais colegas, eu quero também me solidarizar a esse momento de dor pelo qual passa o Jornalista Fernando Heder, que é filho único e que perdeu seu pai. E, quero dizer a eles que com o apoio de sua família, dos seus amigos e das boas lembranças e, principalmente, com fé em Deus, ele terá o conforto. Obrigado.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Quero pedir aos Senhores Deputados que permaneçam no plenário para uma reunião, logo após o término da Sessão.

O Senhor Deputado Flamarion Portela - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, também quero dar o meu abraço de pesar ao jornalista Fernando Heder. Presidente Guerra e Deputado Célio, Vossas Excelências estão aqui desde primeiro de janeiro de 1991, e o Fernando também. Assim como eu participei da equipe, logo no começo dos trabalhos, e era um grupo muito reduzido, ele aqui já estava. É uma pessoa que tem mais de 20 anos de dedicação ao Poder Legislativo. Agora, ele passa por esse momento difícil que só quem vive sabe o quanto é doído, mas estamos aqui para ser solidários a ele, pedindo a Deus que lhe dê forças para superar.

Presidente Guerra, estou usando esse Expediente de Explicações Pessoais para dizer, como demonstrei aqui na quinta-feira, quando a Assembleia realizou um debate extraordinário, com a exposição magnânima do Deputado Raul Lima e do Deputado César Halum e, coincidentemente, quando eu fui fazer o uso da tribuna, que houve uma complementação do que eles falaram, mas eu também demonstrei aqui, que o Governo de Roraima deve 80 milhões de conta de luz. Temos aqui em Roraima 117 mil domicílios, dados do IBGE, desses 117, 76 mil estão em Boa Vista, cujas as ligações superam 95%. A nossa água é quase que totalmente canalizada, e o principal elemento para a produção da água é a energia. Então, quando pago minha conta de água, estou pagando a energia que foi gasta para produzi-la, acontece que a CAER não paga a BOVESA por essa produção. Quando a CER leva a energia para Mucajá, Iracema, Bonfim, Cantá, Alto Alegre, como reconheceu a Presidente Conceição Escobar, de forma

transparente, também não paga. O Executivo não paga a energia do Palácio do Governo e, para surpresa nossa, estou dizendo isso de forma lastimável. A Boa Vista Energia está cortando hoje a energia de vários prédios: Secretaria de Administração, todos os parques aquáticos, Secretaria da Fazenda, Secretaria de Agricultura. Então, chegou ao ponto, assim como acontece com o cidadão comum, da energia dos prédios pertencentes ao Governo de Roraima serem mas, para que isso pudesse acontecer, foi necessária uma decisão judicial, pois trata-se de órgãos que ofertam serviços essenciais. Então, amanhã vou atrás de maiores informações sobre isso, para somá-las as que já tenho e, realmente, fazermos uma discussão sobre esse tema que é preocupante. Já pensou a Secretaria da Fazenda não poder receber nenhum DARE porque sua energia está cortada. Tal ação é realmente algo inusitado no Estado de Roraima. Obrigado.

O Senhor Deputado Brito Bezerra – Senhor Presidente, quero também comentar e lamentar, junto com o Deputado Flamarion, haja vista que, o Governo do nosso Estado, apesar de arrecadar tantos recursos, tem uma voracidade em arrecadar ICMS e os recursos que pertencem ao Estado, e não adimple as suas contas, ou seja, o contribuinte, se atrasar o pagamento por um mês, ele não é chamado de inadimplente, não é chamado de velhaco, mas a energia dele é cortada. O Governo do Estado passa anos a fio sem pagar as contas de energia e junto com a inadimplência vem a prepotência em dizer que, se diretoria da Eletrobras Distribuição quiser receber, procure a justiça, quer dizer, o Governo do Estado, usando um termo popular, é velhaco, não paga suas contas. E justiça seja feita, se cortam a luz do contribuinte, devem sim cortar do poder público, pois é quem mais tem recursos e obrigação de pagar. Gostaria também de dar meus pêsames ao Fernando Heder pelo falecimento de seu pai e dizer que Deus lhe dará o conforto. Com certeza seu pai cumpriu sua missão aqui na terra e ao lado do Pai Eterno já se encontra.

O Senhor Deputado Coronel Chagas – Senhor Presidente, também quero dar meus pêsames ao companheiro Fernando Heder, pedindo a Deus que o ilumine e guarde juntamente com sua família neste momento de dor. Gostaria de dizer também, que estou muito feliz com a aprovação por esta Casa, em segundo turno, do Projeto de Lei de autoria governamental que restabelece o Instituto da Promoção por 29 anos e seis meses aos policiais e bombeiros militares, direito esse que já era garantido pela Lei Complementar 103 e que, equivocadamente, tinha sido vetado pela ocasião da votação pela aprovação do Estatuto dos Militares. Então, quero agradecer, em primeiro lugar ao Governo do Estado, ao Governador José de Anchieta por se sensibilizar ao nosso apelo nesta questão tão cara à família do policial e do bombeiro militar e a todos os parlamentares que deram apoio a esta proposição discutindo, debatendo e votando de forma célere, restabelecendo este direito. Quero dizer ainda que sobre a questão da energia elétrica que a oposição traz a este plenário, há um acerto de contas que tem que ser feito entre o Governo do Estado e a Companhia Energética, acerto esse que vem a suprir, quando for feito esse batimento de contas, as despesas, a dívida do Estado com os impostos que a empresa tem que recolher ao Estado. E, essa questão já está, se não me engano, judicializada, todavia, não pode a companhia de energia elétrica vir a cortar o fornecimento de energia como fez. São questões que, antes de fazermos uso desses argumentos em Plenário, temos que ter o conhecimento delas. É isso que temos a fazer neste momento, verificar o que realmente está por trás de toda essa problemática, pois só assim, com certeza vamos chegar a conclusão do porquê o Governo não fez esses pagamentos se há o acerto de contas a se fazer. Obrigado.

A Senhora Deputada Aurelina Medeiros – Quero expressar meu sentimento de pesar ao Fernando Heder, servidor antigo, e podemos dizer que ele mora aqui na Assembleia, pois está conosco desde o início, e dizer-lhe que é a vida, se não queremos passar por isso, temos que morrer cedo, mas isso ninguém quer. Passei por isso há pouco e sei que é uma dor horrível e, o pior de tudo é a sensação de não ter mais pai. Mas, é a vida. Portanto, meus pêsames e os pêsames desta Casa também ao nosso colega.

O Senhor Deputado Jalser Renier – Senhor Presidente, estendo meus sentimentos à família do jornalista Fernando Heder, mas, principalmente, a ele, que é uma pessoa muito querida para nós. Ele deixou de ter o carinho de pai aqui na terra, mas recebe, sem dúvida nenhuma, o carinho de todos os seus colegas de trabalho, dos Deputados que compõem esta Casa. Então, quero aqui externar meus sentimentos a você, Fernando Heder. Obrigado.

O Senhor Deputado Gabriel Picanço – Senhor Presidente,

quero também externar meus pêsames ao querido colaborador Fernando Heder, que Deus o conforte. Eu passei há pouco tempo por uma situação semelhante a dele, sei que é dolorido, mas Deus é que marca o dia de partirmos, tenha a certeza que Deus vai lhe confortar e confortar toda sua família. Desejo que você supere com brevidade todo esse sofrimento. Obrigado.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – A Mesa da Assembleia, em nome dos Deputados que não estão presentes e dos funcionários, solidariza-se com o servidor Fernando Heder nesse momento difícil. Queremos estender a ele nossos abraços fraterno e de conforto.

Não havendo mais nada a tratar, encerro a presente Sessão e convoco outra para o dia 18, à hora regimental.

Estiveram presentes à Sessão os Senhores Deputados: **Ângela A. Portel la, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, Ionilson Sampaio, Jalser Renier, Jânio Xingú, Joaquim Ruiz, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Rodrigo Jucá, Sargento Damosiel e Soldado Sampaio.**

Aprovada Ata Sucinta em: 19/04/12

**ATA DA 2113ª SESSÃO, EM 25 DE ABRIL DE 2012.
43º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.**

= ORDINÁRIA=

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CHICÃO DA SILVEIRA

(Em exercício)

Às nove horas do dia vinte e cinco de abril de dois mil e doze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima centésima décima terceira Sessão Ordinária do quadragésimo terceiro período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (**Flamarion Portela**) – Não havendo quórum regimental, suspendo a sessão pelo tempo de 15 minutos.

Reaberta a Sessão.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro Secretário (**Marcelo Cabral**) – Senhor Presidente, há quórum regimental para abertura da Sessão.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus, e em nome do povo roraimense, declaro reaberta a Sessão.

Convido os Senhores Deputados **Marcelo Cabral** e **Erci de Moraes** para atuarem como Primeiro e Segundo Secretários *Ad hoc* respectivamente.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (**Erci de Moraes**) – Lida a Ata.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Marcelo Cabral**) – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

EXTERNO:

- Ofício nº 1311/12, de 19/04/12, da Casa Civil, informando que a Lei Complementar nº 194, do dia 13/02/12, foi republicada no DOE nº 1769, de 13/04/12.

Era o que constava do expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos Oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Marcelo Cabral**) – Senhor Presidente, não há nenhum Orador inscrito para o Grande Expediente.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – A Mesa Diretora agradece a presença dos Deficientes visuais, na pessoa do Presidente da Associação, Senhor Ernos. Muito obrigado, sejam todos sempre bem-vindos.

Não havendo Orador inscrito para o Grande Expediente, passamos para Ordem do Dia com a discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei Complementar nº 003/12, que Altera e acresce os dispositivos da Lei Complementar nº 003/94, que “dispõe sobre a

Lei Orgânica do Ministério Público de Roraima, de autoria do Ministério Público; e, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 022/10, que declara de utilidade pública o Grupo de Teatro Sol da Terra, de autoria do Deputado Jalser Renier; do Projeto de Decreto Legislativo nº 001/11, que declara de Utilidade Pública a Associação Esportiva Real – ERA, de autoria do Senhor Deputado Jean Frank; do Projeto de Decreto Legislativo nº 001/12, que declara de utilidade pública a Associação Recreativa Xamego, de autoria do Senhor Deputado Remídio Monai; do Projeto de Decreto Legislativo nº 010/10, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Deficientes Visuais do Estado de Roraima, de autoria do Senhor Deputado Flamarion Portela; do Projeto de Resolução nº 032/11, de autoria da Senhora Deputada Ângela Portella, que “dispõe sobre a criação do diploma ‘Amigos da Escolégis’; e do Requerimento nº 014/14, requerendo que sejam convocados os Presidentes da ADERR, DETRAN, CERR e do IPEM para que, em data a ser fixada pela Mesa Diretora, possam apresentar relatório anual de atividades desenvolvidas e planos de metas para o ano seguinte dos respectivos órgãos, de autoria de vários Deputados .

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Requerimento nº 014/12.

O Senhor Primeiro Secretário (**Marcelo Cabral**) – Lido o Requerimento nº 014/12.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Coloco em discussão o Requerimento.

Não havendo quem queira discuti-lo, passamos para votação.

A votação será simbólica, os Deputados que foram favoráveis, permaneçam como estão.

Dou por aprovado o Requerimento.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Projeto de Lei Complementar nº 003/12, bem como do Parecer da CCJ.

O Senhor Primeiro Secretário (**Marcelo Cabral**) – Lido o Projeto de Lei Complementar nº 003/12, e o Parecer da Comissão.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Coloco em discussão a matéria.

Não havendo nenhum Deputado que queira discutir o projeto, passamos para votação. A Votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os Senhores Deputados aprovam a matéria, e votando “não rejeitam-na.

Informo que têm um minuto para, querendo, justificarem seu voto.

Solicito ao técnico a abertura do painel para votação.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** pede questão de ordem – Peça orientação do líder do governo para a votação.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Queremos orientar a bancada de oposição para votar pela aprovação do projeto, haja vista que ele é de suma importância para a sociedade e para esses servidores aqui presentes.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Dou por aprovado o Projeto de Lei Complementar nº 003/12, em segundo turno.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Projeto de Decreto Legislativo nº 010/10, que Declara de utilidade Pública a Associação dos Deficientes visuais do Estado de Roraima.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** pede questão de Ordem – Senhor Presidente, há duas sessões atrás, pedi à Mesa Diretora para saber se o bloco G5 estava realmente reconhecido perante a Mesa, pois há pouco estranhei um membro do G5 recebendo orientação, não do líder dele, e sim do líder do grupo governista. Como vamos instalar uma CPI em breve, esse grupo tem sim direito a participar como membro efetivo nessa CPI que vai ser instalada, daí a nossa pergunta, porque queremos que a CPI seja instalada regimentalmente de acordo com a proporção entre grupos.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Vou consultar a assessoria da Casa e amanhã darei a resposta a Vossa Excelência.

O Senhor Deputado **Erci de Moares** – Senhor Presidente, como indiretamente me senti citado quando falaram no G-5, queria informar ao Deputado Soldado Sampaio que o G-5 nunca regularizou a sua sua constituição, que não é oficial, é oficiosa. E, o entendimento entre os colegas deixou de existir. Eu pediria até aos colegas que não falem mais em G-5, pelo menos por enquanto.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Respondida a sua pergunta, Deputado Soldado Sampaio? O G-5 não existe mais.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Projeto de Decreto Legislativo nº 10/10.

O Senhor Primeiro Secretário (**Marcelo Cabral**) – Lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 10/10, juntamente com o seu parecer.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Em discussão o Projeto de Decreto Legislativo nº 10/10.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, algum tempo atrás eu fui procurado pela Vera Lúcia, que está aqui com algumas pessoas portadoras de deficiência visual. Nós sabemos das dificuldades que essas pessoas enfrentam, a labuta do seu dia a dia, que querem a cidadania plena. Essas pagam impostos e querem ver assegurados os seus direitos. Portanto, nós estamos dando um passo importante aqui. Por isso, peço que todos os Deputados votem a favor, transformando em utilidade pública essa associação, pois a partir daí, ela vai ter a condição de fazer convênio com o Poder Público, de receber a emenda parlamentar; de receber recursos, quer seja de órgãos municipais, estaduais, federais, para que os deficientes visuais possam se organizar melhor e também alcançar uma condição de vida mais digna. Nesse sentido, eu, em nome da Vera, quero me congratular com todos, na certeza que o Projeto será aprovado e esse sonho será alcançado. Obrigado e um abraço a todos.

O Senhor Deputado **Dhiego Coelho** – Também quero me somar as palavras do Deputado Flamarion Portela e falar da importância da associação. Muitas vezes pensamos que são minoria, mas há uma quantidade expressiva de deficientes visuais em nosso Estado. Vale lembrar também que a Associação já é de utilidade pública municipal, só que ela recebe poucos recursos para sua manutenção. Quero também pedir aos nobres pares que votem sim, pela aprovação da associação. E, eu agradeço, desde já, a todos pelo voto. Também quero agradecer o Presidente da Associação dos Deficientes Visuais do Estado de Roraima, o Emerson, pela sua persistência de estar aqui conosco. Muito obrigado.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Não havendo mais nenhum Deputado que queira discutir, coloco em votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 10/10. A votação será eletrônica. Votando “sim”, os Senhores Deputados aprovam o projeto e, votando “não”, rejeitam-no.

Solicito à Assessoria a abertura do painel para a votação.

Dou por aprovado o Projeto de Decreto Legislativo nº 10/10, por 17 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do parecer e do Projeto de Decreto Legislativo nº 001/12.

O Senhor Primeiro Secretário (**Marcelo Cabral**) – Lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 001/12, juntamente com o parecer do relator.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Em discussão o Projeto de Decreto Legislativo nº 001/12.

O Senhor Deputado **Remídio Monai** – Senhor presidente, essa entidade Xamego na Roça, quadrilha junina bastante tradicional no Estado de Roraima, vem tirando muitas crianças das ruas e fazendo um trabalho bonito em outros municípios. E, eles têm visitado e feito esse entrelaçamento da cultura do Estado de Roraima com o Estado do Amazonas e o interior do Estado. Eu quero pedir o apoio dos colegas para que possamos incentivar e preparar essa entidade para que ela possa cada vez mais contribuir com a cultura e com o desenvolvimento do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Não havendo mais nenhum Deputado que deseje discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação será nominal/eletrônica. Votando “sim”, os Senhores Deputados aprovarão a matéria e, votando “não”, estarão rejeitando-a.

Solicito a abertura do painel para a votação.

Dou por aprovado o Projeto de Decreto Legislativo nº 001/12, que “Declara de utilidade pública a Associação Recreativa Xamego”, de autoria do Senhor Deputado Remídio Monai, por 15 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que faça a leitura do Projeto de Decreto Legislativo nº 020/11, que “declara de Utilidade Pública a Associação Esportiva Real – ERA”, de autoria do Senhor Deputado **Jean Frank**, bem como do Parecer da Comissão.

O Senhor Primeiro Secretário (**Marcelo Cabral**) – Lido Projeto de Decreto Legislativo nº 020/11, bem como o Parecer da Comissão.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Em discussão a matéria.

O Senhor Deputado **Jean Frank** - Senhor Presidente, gostaria de contar com o voto dos demais Deputados pela aprovação do Projeto, pois essa associação foi criada em 2009 com a finalidade de praticar o desporto no Município e em São Luiz. Em 2011, representou o Estado de Roraima e o Município de São Luiz na Copa do Brasil e, gostaria de contar com o voto favorável dos colegas pela aprovação do Projeto.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) - Não havendo mais nenhum Deputado que deseje discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação será nominal/eletrônica. Votando “sim”, os Senhores

Deputados aprovarão a matéria e, votando “não”, estarão rejeitando-a. Solicito a abertura do painel para a votação.

Dou por aprovado o Projeto de Decreto Legislativo nº 020/11, que “declara de Utilidade Pública a Associação Esportiva Real – ERA”, de autoria do Senhor Deputado **Jean Frank**, por 16 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que faça a leitura do Projeto de Resolução nº 032/11, que “dispõe sobre a criação do diploma ‘Amigos da Escolegis’”, de autoria da Senhora Deputada **Ângela Portella**, bem como, do Parecer da Comissão.

O Senhor Primeiro Secretário (**Marcelo Cabral**) – Lido Projeto de Resolução nº 032/11, bem como, o Parecer da Comissão.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Em discussão a matéria.

A Senhora Deputada **Ângela Portella** – Senhor Presidente, eu gostaria de pedir o apoio de todos para a aprovação desse Projeto que é uma homenagem a todas as pessoas que, de uma forma ou de outra, estão inseridos neste grande projeto que leva cidadania às pessoas, além de atender os nossos servidores. Durante o ano passado, contamos com várias instituições que nos ajudaram, de forma voluntária, a levar o nome do legislativo a todos os municípios do nosso Estado. Então, nós gostaríamos, de fazer um reconhecimento, logo, esse diploma “Amigos das ESCOLEGIS” é para que possamos está contemplando essas pessoas e essas instituições que são nossos parceiros nessa caminhada. Obrigada.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) - Não havendo mais nenhum Deputado que deseje discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação será nominal/eletrônica. Votando “sim”, os Senhores Deputados aprovarão a matéria e, votando “não”, estarão rejeitando-a.

Solicito a abertura do painel para a votação.

Dou por aprovado o Projeto de Resolução nº 032/11, que “Dispõe sobre a criação do diploma ‘Amigos da Escolegis’”, de autoria da Senhora Deputada **Ângela Portella**, por 16 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que faça a leitura do Projeto de Decreto Legislativo nº 022/10, que “Declara de utilidade pública o Grupo de Teatro Sol da Terra, de autoria do Deputado Jalser Renier”, bem como, do parecer da Comissão.

O Senhor Primeiro secretário (**Marcelo Cabral**) – Lido o Projeto, bem como o Parecer).

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Em discussão. Não havendo nenhum Deputado que queira discuti-lo, coloco-o em votação. A votação será eletrônica. Votando “sim”, os Senhores aprovam a matéria e, votando “não”, rejeitam-na.

Solicito ao técnico abertura do painel para votação.

Dou aprovado o Projeto Legislativo n 022/10.

Não havendo mais Ordem do dia, passamos para o Expediente de Explicações Pessoais.

Registro a presença do ex Deputado, Presidente da Codesaima, José Reinaldo e do senhor George Melo.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Senhor Presidente, quero ressaltar uma preocupação nossa. No ano passado, trouxemos a essa tribuna uma denúncia contra trabalhadores assentados no município de Caracará, especificamente na Região do Cujubim. Naquela época, trouxemos informações, fotos de que 98 famílias estavam sendo retiradas dos seus lotes por uma empresa madeireira que, por meio de um documento de 1932, do então cartório do Amazonas, quando Roraima era do município do Amazonas, dizia que ela era dona daquelas terras. Registramos essa preocupação, porque são 98 pais de família que tira o sustento daquelas terras e estão sendo retirados, está sendo negado a eles o direito básico. Agora, fomos surpreendidos por uma ordem de despejo do Poder judiciário. Sendo que, na Comarca de Caracará, o processo ainda tramita. A madeireira sabe que não vai ganhar a questão, porque o magistrado de Caracará conhece a situação de perto, está fazendo visita à comunidade Cujubim para embasar sua decisão. E, estamos confiante no magistrado de Caracará. A empresa vale verde, que é a madeireira, já percebendo isso, buscou no Tribunal de Justiça uma liminar, para retirar todos aqueles trabalhadores. A nossa preocupação é a seguinte, Senhor Presidente, e quero dar ciência ao Presidente dos Direitos Humanos: não podemos permitir que façam em Roraima o que fizeram no Sul do Pará. Já existe até ameaça de morte, os líderes da associação estão sendo ameaçados. Os donos da madeira conseguiram outro grupo de pessoas para invadir essa área, tentando causar dúvida na decisão do magistrado. Esse grupo está lá, armado,

já ameaçou a Presidente da associação, a Senhora Guaraci, e outros membros da direção que tiveram de sair da região por medo das ameaças de morte. Então, não podemos deixar que haja derramamento de sangue em nossas terras, a exemplo do que já aconteceu em outros Estados. Gostaria de solicitar à Comissão de Direitos Humanos que apurem as ameaças de morte contra essas lideranças, pois estamos convictos que o magistrado da Comarca de Caracará vai dar um posicionamento em favor dessas famílias, até porque ele recebeu esses trabalhadores em seu gabinete, presenciou a situação, já foi no local e constatou que essas famílias moram em uma área que o INCRA reconhece como assentamento, mas que falta documentação para embasar a defesa desses trabalhadores, pois, o ITERAIMA não está facilitando a entrega dessa documentação. E, já sabemos que, de posse dessa documentação, o magistrado de Caracará concederá essa liminar o mais rápido possível. Estamos correndo atrás dessa documentação no INCRA e entramos com um “habeas data” no ITERAIMA para podermos ter em mãos essa documentação e, assim, impedir que essas 90 famílias sejam desapropriadas das terras de onde tiram seu sustento. Obrigado.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – É gravíssimo esse registro de Vossa Excelência. Quero aproveitar e pedir ao presidente da Comissão de Terras e ao da Comissão de Agricultura que se juntem a Vossa Excelência para adotar medidas tanto através do Estado, quanto do INCRA, para tentarem resolver esse dilema.

Passaremos agora para o Expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado Jean Frank – Senhor Presidente, quero convidar os membros da Comissão de Administração para nos reunirmos e deliberarmos quatro projetos de relevância, entre eles, os Projetos

de autoria do Deputado Brito, da Deputada Ângela, do Deputado Rodrigo e do Deputado Sampaio. Obrigado.

O Senhor Deputado Sargento Damosiel – Senhor presidente, neste momento quero cobrar da Mesa Diretora que coloque para apreciação deste Plenário o Requerimento de pedido de CPI, para apurar sobre a locação de veículos no Estado, Requerimento esse, no qual a oposição colheu oito assinaturas, o que representa um terço deste poder, mas até agora, já se passaram mais de 15 dias, ele não foi colocado para apreciação desta Casa. Quero também, na oportunidade, convidar os Deputados Xingu, Ângela Portella, Marcelo Cabral para que possamos realizar, logo após esta Sessão Plenária, a sabatina do Senhor José Reinaldo Pereira da Silva, para o cargo de Presidente da CODESAIMA. Aproveito também para convidar os Deputados que queiram permanecer e assistir a sabatina do Ex-Deputado José Reinaldo.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Quero registrar e dar meus parabéns ao servidor TUTI LENO que está aniversariando hoje. Que Deus o abençoe e o ilumine por muitos e muitos anos. Não havendo mais nada a tratar, encerro a presente Sessão e convoco outra para o dia 26, à hora regimental.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Ângela A. Portella, Aurelina Medeiros, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Ionilson Sampaio, Jânio Xingú, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Sargento Damosiel e Soldado Sampaio.**

Aprovada Ata Sucinta em: 27/04/12



PROCON

ASSEMBLEIA



A Voz do Consumidor

proconassembleia@al.rr.gov.br

Fone: (95) 4009-5614